

-POLÍTICA-

ABUNDÂNCIA E DEMOCRACIA: IMAGENS DOS ESTADOS UNIDOS COMO IDEOLOGIA DA AMERICANIZAÇÃO NO BRASIL (1890-1914)

Helder Gordim da Silveira

1- Introdução

Com o advento da República(1889), o Brasil passa a reorientar de forma significativa sua inserção internacional no sentido de um relativo afastamento da órbita tradicional européia, com uma participação mais efetiva no sistema continental, cuja construção, a nível político e econômico, então acelerava-se sob a liderança dos Estados Unidos, como potência internacional emergente. O estreitamento das relações bilaterais com Washington punha-se, assim, na ordem do dia para a república brasileira, associando-se, inclusive, com a própria consolidação interna do novo regime, cujos opositores, de variados matizes, sobretudo monarquistas, opunham-se, não por acaso, àquela linha-americanista - de política externa.

Nessa perspectiva, o presente trabalho busca analisar a produção discursiva¹ de dois expoentes da intelectualidade brasileira do contexto, Joaquim Nabuco e Manuel de Oliveira Lima, enquanto paradigma emergente de uma ideologia² da americanização, que buscava colocar o referido processo acima dos interesses políticos internos em conflito, superando as associações em conflito república-americanismo *versus*

¹ Trata-se de material publicado pelos autores no período 1890-1914.

² O conceito é aqui tomado de John Thompson (THOMPSON, John. *Ideologia e Cultura Moderna. Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis: Vozes, 1995, esp. cap. I).

monarquia-europeísmo.³ Procura-se aqui destacar particularmente as imagens da economia e da política norte-americanas construídas como modelos para a América Latina e especialmente para o Brasil.

2-O Progresso e a Abundância em Uma Ordem Social Superior

As noções de abundância e de progresso material em escala e velocidade ímpares na história associadas à imagem dos Estados Unidos, na forma de constatação de um fenômeno dado, apresentam considerável potencial ideológico ao concorrerem para reforçar, no plano simbólico, com um referente de natureza fática, a naturalização⁴ da superioridade como sentido do poder.

Joaquim Nabuco, introduzindo a publicação, na década de 1890, das notas de seu diário de viagem aos Estados Unidos, de 1877, afirmava que o fundamento de seu interesse intelectual em conhecer a realidade americana residia em “saber como um tão *vasto país* era governado (...), as forças sociais e influências morais que presidiam ao seu *colossal desenvolvimento*”.⁵ (grifos nossos). Importa aqui destacar o modo como a associação das noções, constatáveis, de “vastidão” e de “colossal desenvolvimento”, a adjetivação indicando a singularidade histórica do fato, é imediatamente posta no centro do interesse intelectual sobre os Estados Unidos e, portanto, no centro da própria representação ideal deste país.

De modo mais direto, nesse sentido, Nabuco reputaria os Estados Unidos como “um país que caminha para ser, se já não é, o mais rico, o mais forte, o mais bem aparelhado do mundo”.⁶ Tal aparente constatação, interpretada na sua força ideológica potencial, singulariza, naturalizando, a situação de poder dos Estados Unidos no mundo, com base, exatamente, na relevância, conferida à “riqueza”, à “força” e ao “aparelhamento” na construção simbólica da imagem do país.

³ Concorre para tanto as posições monarquistas de ambos os autores aqui examinados, associadas a seu americanismo.

⁴ A estratégia de construção discursiva naturalizadora verifica-se quando “um estado de coisas que é uma criação social e histórica [é] tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais” (THOMPSON, John, op. Cit., p. 88).

⁵ NABUCO, Joaquim, *Minha Formação*. Obras Completas, V. I, São Paulo: Progresso Editorial, 1947, p.107.

É assim que o autor poderia asseverar que “para o engenheiro, para o inventor, para o arquiteto, para todo economizador de tempo e trabalho, para quem admira acima de todos o gênio industrial deste os melhoramentos que ele tem introduzido na ferramenta humana (sic), os Estados Unidos são de uma extremidade a outra um país para se visitar e conhecer”. E complementa:

“é ele (...) o país onde melhor se pode estudar a civilização material, onde o poder dinâmico ao serviço do homem parece maior e ao alcance de cada um. Em certo sentido, pode-se dizer dele que é uma torre de Babel bem sucedida”.⁷

É de se notar como aqui a mera constatação converteu-se, em larga medida, em um juízo de valor positivo, referente, de forma mais ampla, ao modelo civilizatório americano.

Nessa perspectiva, Nabuco, frente a uma platéia universitária americana, afirmaria a respeito daquilo que, na esfera simbólica, punha-se como a singular velocidade do progresso material dos Estados Unidos:

“mudastes o ritmo da vida, escrevendo-a em compasso rápido. E o mundo todo, contagiando-se do vosso espírito de transformação veloz, também vai escrevendo o seu viver no *prestissimo* norte-americano em vez do velho *adagio*.”⁸

É interessante ver como a estratégia de *universalização*⁹ operou aqui no sentido de representar o modelo de progresso material acelerado como sendo, em certa medida, imitável, ou mesmo, inevitavelmente reproduzido em escala mundial, conforme insinua a conotação possível da designação “contagiando-se”, ficando situados

⁶ Ibidem, p. 116.

⁷ Ibidem, pp. 121-122.

⁸ Idem, “A Parte da América na Civilização” *Pensamentos Soltos Camões e Assuntos Americanos*. Obras Completas V. X, São Paulo: Editorial Progresso, 1949, p.457.

⁹ Segundo Thompson, tal estratégia ocorre quando “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos como servindo ao interesse de todos” (THOMPSON, John, op. Cit., p. 83).

os Estados Unidos, desse modo, como um centro irradiador da modernidade, como indica a oposição não explícita novo – velho.

Oliveira Lima igualmente constrói uma representação vigorosa da abundância e do progresso como características nucleares da americanidade. Discorrendo a respeito das numerosas exposições nacionais americanas, afirma que um visitante estrangeiro “poderá à primeira vista imaginar que se trata de uma Exposição internacional, e em seguida se capacitará de que uma tal nação achar-se-ia perfeitamente no caso de imitar a China rodeando-se de uma muralha inviolável, tanto e por forma tão completa corresponde às suas necessidades a sua variadíssima produção agrícola e industrial”.¹⁰

A abundância desdobra-se aqui, metaforicamente, em auto-suficiência absoluta – na qual os Estados Unidos aparecem encerrando em si o mundo, do ponto de vista produtivo - o que constitui uma base explicativa de fundo natural para o isolamento de toda ordem do país, por um lado, e, por outro, novamente confere, embora não explicitamente, fundamento com referencial fático para o orgulho nacional americano, que em representações negativas da América aparecia sob o rótulo da arrogância.

Nesse sentido, o autor prossegue afirmando que a grandeza ímpar daquelas exposições revelavam os Estados Unidos como “um país que é a um tempo agricultor, mineiro, manufatureiro, navegador, que utiliza todos os instrumentos de trabalho e opera em todos os campos de atividade”.¹¹

Note-se a forma como a subjetivação do país, posto como um realizador direto de todas as atividades econômicas, reforça, no plano simbólico, a noção da unidade nacional identificada pela ação prática, produtiva, realizadora, progressista.

Vale a pena aqui observar como Oliveira Lima constrói uma base natural para a abundância americana, pondo, ao lado das qualidades empreendedoras do povo – também elas a seu modo naturais -, os atributos da própria paisagem da América. De fato, note-se, nesse sentido, a feição paradisíaca que assume a afirmação do autor segundo a qual “o Americano encontra nos seus campos carnes, nas suas herdades aves e nas suas matas caça com que suprir todas as exigências da alimentação, assim como nos

¹⁰ LIMA, Manoel de Oliveira. *Nos Estados Unidos. Impressões Políticas e sociaes*. Leipzig: Brockhaus, 1889, p. 90.

¹¹ *Ibidem*, p. 91.

seus mares, rios e lagos, cautelosamente repovoados, peixes, crustáceos e moluscos com que munir todas as mesas do continente”.¹²

Fica assim situada, em Oliveira Lima, a utilização recorrente das noções de velocidade, movimento e progresso na constituição da imagem dos Estados Unidos como imagem da própria modernidade. Precisamente nesse sentido, refere o autor que “este país, que não pode atrair pela sedução do passado, perturba-nos pela velocidade do presente”. E: “cada dia marca um adiantamento, cada hora uma melhoria alcançada pela atividade, a qual encontra em volta de si estímulo e recompensa”.¹³

Ainda dentro do tema do progresso material e da noção genérica de velocidade e movimento, associados à representação dos Estados Unidos como unidade nacional, é interessante verificar como Nabuco e Oliveira Lima constróem a imagem da cidade de Nova York associada intimamente àquela ordem de conceitos e posta como reprodução microcós mica da América contemporânea como um todo.

Vale a pena, nesse sentido, observar a descrição que Oliveira Lima oferece da paisagem da cidade, vista do alto do *Tower Building* :

“o panorama descortinado é inolvidável , não decerto pelo aspecto gracioso ou selvático da paisagem, porquanto essa é quase toda comercial, substituindo as chaminés as arvores, as fábricas os bosques, cedendo a natureza por completo o passo à industria, mas precisamente pelo ingente esforço humano que ela nos revela”.

E segue o autor construindo a impressionante imagem da metrópole americana no final de século, sobre cujos telhados “fumegavam (...) nervosamente, bruscamente, aos arrancos, centenares de chaminés das máquinas que guindam os ascensores, das que geram a eletricidade (...), das que fornecem o calor”.¹⁴

E ainda compondo o quadro nova-iorquino – americano – da modernidade:

¹² Ibidem, p. 92.

¹³ Ibidem, p. 305.

¹⁴ Ibidem, p.73.

“pelas ruas da cidade um mundo de transeuntes, trens de ferro silvando doidamente e deslizando velozmente sobre os leitos colocados à altura dos primeiros andares, carros elétricos perpassando com rapidez vertiginosa”.

Assim, diria, em suma, o autor: “não conheço (...) cidade alguma, nem mesmo Londres com a animação de sua City e do Strand, que dê tanto como a metrópole americana a sensação de um aglomerado humano em que o trabalho se traduz freqüentemente em riqueza, a atividade não raro em opulência”.¹⁵

De Nabuco, é suficiente ver uma passagem significativa, e igualmente impressionante, sobre a grande cidade da América, na qual o autor principia afirmando que “se não fosse a imaginação histórica, de que eu não poderia, nem quisera, desfazer-me, nenhuma residência, nenhum espetáculo me teria nunca aparecido tão encantador como o de Nova-York”. E segue:

“não sei se o céu de Nova-York não me pareceu o mais belo do mundo; o que sei é que ele derrama em ondas de luz a alegria, a vida, a coragem, sobre a mais admirável procissão de mocidade e de beleza humana que jamais passou diante dos meus olhos, a que flui e reflui todas as tardes e manhãs da Quinta Avenida para o Central Park”.¹⁶

Desnecessários neste ponto maiores comentários sobre a potencialidade ideológica de tais impressões.

¹⁵ Ibidem, p. 74.

¹⁶ NABUCO, Joaquim, *Minha Formação*, pp. 134-135.

3- Estado e Sociedade: Uma Relação Singular na América

Serão neste ponto examinadas as representações discursivas, construídas por Nabuco e Oliveira Lima, referentes ao campo político do modelo civilizatório norte-americano, ou às formas gerais de relação entre a sociedade e o Estado na América. Tais representações são interpretadas como componentes de um paradigma ideológico à medida que concorrem para reforçar a construção simbólica da superioridade natural, ou atemporal, dos Estados Unidos, por um lado, e, por outro, da possibilidade, explícita ou velada, de que aquele país, também neste campo, constitua um modelo civilizatório universal e, portanto, dentro de certos limites, imitável, particularmente pelo Brasil.

Nessa direção, foi examinada a maneira como os referidos intelectuais retomaram um tema clássico a respeito da ordem sócio-política americana. Trata-se da identificação de tal ordem com base nas noções gerais de Igualdade e Democracia oriundas da matriz liberal e postas no ideário da Revolução.

Tendo reconhecido os limites raciais e, mesmo, nacionais, no ideal de igualdade norte-americano, Joaquim Nabuco compara a presença deste ideal e sua efetividade sócio-política nos Estados Unidos e na Inglaterra:

“não quisera eu negar a inspiração superior que há no sentimento de igualdade na América, como no antigo Israel e na antiga Grécia, onde ele foi um sopro de liberdade, de heroísmo de independência (...). É evidente que nesse caminho é a Inglaterra que caminha na direção dos Estados Unidos e não os Estados Unidos que retrocedem a encontrar a Inglaterra”¹⁷

A par da valorização extremadamente positiva da noção sócio-política de Igualdade – associada diretamente à liberdade, ao heroísmo e à independência –

¹⁷ Ibidem, p. 126.

tal noção é representada a um tempo como caracteristicamente americana e inserida em uma tradição histórica supostamente atemporal. Assim posta, a noção carrega para fora do tempo uma peculiaridade nítida e naturalmente superior da América, até mesmo sobre a mãe-pátria, além de claramente universalizá-la, isto é, transpô-la ao plano dos modelos civilizatórios moralmente imitáveis.

Precisamente nesse sentido, afirmaria ainda Nabuco evocando a autoridade de Tocqueville:

“como a Ásia teve castas, a Europa teve ordens ou classes. Não há, na América, entre os diferentes caminhos da vida, nenhuma diferença de nível, e essa idéia tão simples, esse ovo de Colombo social, operou o êxito desta nação, transformou-a de povo de haste única (...) em povo de hastes múltiplas, dando todas o mesmo fruto”.

E complementa: “a igualdade não causou o êxito apenas desta nação; fixou o tipo da sociedade humana em parte”. Em suma, “a igualdade (...) é final, e a finalidade, em qualquer coisa, é a maior de todas as contribuições para o progresso”.¹⁸

Intimamente associada à idéia de igualdade assim posta, americana em sua universalidade, encontraremos a de Democracia, entendida de forma ampla como acesso de toda ordem do povo ao poder do Estado.

Sobre a Democracia, pois, afirma Nabuco ser “distintamente americana”, pois “nascida de semente inglesa, resultou, no entanto, bem distinta da espécie européia; reage há muito tempo contra o espírito monárquico da raça inglesa”. Assim, “quando o espírito de liberdade, que fôra caracteristicamente anglo-saxônio, se enraizou num país sem tradição monárquica, tomou a forma de democracia”.¹⁹

Perceba-se aqui a forma como as designações “semente”, “espécie”, “espírito”, “raça”, “enraizou”, “tradição”, de resto recorrentes, concorrem significativamente para naturalizar a idéia e o sistema postos como democráticos e, sob esta forma, inseri-los no modelo civilizatório representado como genuinamente americano.

Nesse sentido, afirmaria diretamente Nabuco:

¹⁸ Idem, “A Parte da América na Civilização”, p. 455.

¹⁹ Ibidem, p.453.

“existem (...) elementos fundamentalmente ingleses na democracia americana, como existem outros de origem greco-latina. Não se pode quebrar a cadeia que une (...) a evolução de uma idéia ou de um sentimento. No entanto, a democracia americana é novidade genuína de feitiço desconhecido. Nem os Antigos a produziram, nem a produziria a Europa”.

Evidencia-se aqui a estratégia universalizadora, pela qual o que é genuinamente americano insere-se, ao mesmo tempo, em uma cadeia evolutiva na história, porém, de certa forma, uma história fora do tempo.

É assim que o genuinamente americano pode converter-se em modelo potencialmente acessível a todos, em sua superioridade natural: a democracia, diz Nabuco, é “uma das contribuições americanas para a civilização, não porque o sistema de governo republicano deva ser considerado forma mais alta de civilização que o parlamentar-monárquico, mas porque, pelo estímulo que criou (...), a (...) democracia tem tido o mais benéfico efeito sobre a evolução do governo monárquico na Europa”.²⁰

Em Oliveira Lima tem-se uma sugestiva análise das condições contemporâneas e dos riscos possíveis da Igualdade e da Democracia na América, em face das conturbações operárias e do socialismo na Europa, bem como do próprio radicalismo progressista nos Estados Unidos em sua reação contra os grandes oligopólios, os quais, produzindo uma tão reduzida quanto poderosa elite econômica, representavam nítida mancha na tradição posta sob o rótulo daquelas noções fundamentais para a americanidade.

É nesse sentido que o autor assevera e indaga:

“as facilidades de ganhar o pão [nos Estados Unidos] afastam geralmente neste momento as idéias de lutas do trabalho. A rebelião da fome vem ainda longe, mas contra os *Trusts* ou sindicatos (...), prometem para breve um estrondoso levantamento de broqueis. Será porém a manifestação sangrenta ou pacífica ? A exemplar igualdade de hoje converter-se-á amanhã numa temível anarquia ?”²¹

²⁰ Ibidem, pp. 453-454.

²¹ LIMA, Manoel de Oliveira, op. Cit., p. 3

É importante aqui perceber como o autor salva a Igualdade e a Democracia americanas das possíveis ameaças contemporâneas e restaura a condição dos Estados Unidos, de ordem político-social superior e de modelo civilizatório, atualizando a potência efetiva daquelas noções.

Nesse sentido, contra a “anarquia” radical-socialista, levantam-se, uma vez mais, as qualidades superiores - conservadoras do povo: “o povo americano (...), felizmente para ele, não só herdou a feição inglesa de apego às suas instituições e aos seus usos, como habituou-se a encontrar nos meios pacíficos e regulares o melhor modo de reivindicar suas aspirações”.²²

De outra parte, o surgimento dos grandes conglomerados econômicos e da oligarquia industrial, financeira e comercial, é, por um lado, inserido em uma tradição tipicamente americana-superior e, por outro, perfeitamente integrado na ordem contemporânea da América— sempre igualitária e democrática na essência.

Nesse sentido, vale a pena verificar como Oliveira Lima confere sua autoridade intelectual a uma forma de interpretação típica da origem social dos ditos “ricachões” americanos e dos fatores explicativos da acumulação de suas fortunas. Refere o autor:

“essa classe recruta-se em todas as camadas, (...) qualquer pode chegar a fazer parte dela, se as boas fadas tiverem colocado no seu berço inteligência, vigor e... sorte. Vigor, muito. É incalculável a soma de energia que reclama a formação de uma dessas fortunas monstruosas; a energia é porém uma das feições fundamentais do caráter americano”.

E segue:

“um jornal americano publicou há algum tempo uma galeria deveras interessante, a dos arqui milionários que da pobreza franciscana subiram à opulência de Monte Cristo. Lendo suas biografias, nelas encontramos um traço comum e saliente, a força de vontade,

²² Ibidem, pp. 3-4.

característico de há longa data é apontado com razão como mais do que nenhum outro nacional”.²³

A oligarquia fica, desse modo, posta novamente na conta das características superiores do povo, por um lado, e, por outro, do *sonho americano*, de oportunidades reais para todos. As grandes fortunas, assim, antes de mancharem a igualdade na América, resultam exatamente dela, como uma espécie de produto natural, ou manifestação moderna da superioridade da ordem social e dos indivíduos.

Assim, o autor pode admitir que “há (...) na organização das fortunas prodigiosas algumas manchas inevitáveis; existem especulações ruinosas para os concorrentes; enxerga-se, em proveito de uma só, o esmagar de muitas atividades”. Entretanto e fundamentalmente: “estes senões são inseparáveis, constituem a trama da eterna contenda sobre que Darwin edificou o seu sistema de filosofia natural”.²⁴

O realismo darwinista põe-se como visão moderna e naturalizadora das possíveis mazelas do *american dream*, fornecendo, no plano simbólico, sustentação adicional à imagem da América como modelo civilizatório superior.

Ainda nessa direção, concluiria o autor que “os ricos não arruinam seus compatriotas menos afortunados: apenas asseguram-se ou apropriam-se uma porção (sic) maior da riqueza por eles em grande parte criada”. Assim, “ambas as partes vão lucrando com esse auxílio mútuo”.²⁵

Quanto a um possível ressentimento do povo contra os milionários, que feriria o sentimento geral de igualdade, assevera Oliveira Lima que “no geral eles [o povo] não sentem inveja nem rancor, antes mostram um determinado orgulho nacional dos seus *multi-millionaires*”. E mais: “dispensam-lhes uma consideração que, por ser menos ruidosa, não deixa de ser ainda mais convencida do que a tributada aos seus grandes estadistas e aos seus gênios militares”.²⁶

Assim acomodadas no interior do modelo universal de igualdade, as grandes fortunas e, mesmo, os seus revezes sociais, o autor trataria de examinar o impacto contemporâneo daquelas sobre a idéia democrática ou de amplo acesso do povo ao Estado e

²³ Ibidem, p. 102.

²⁴ Ibidem, p. 107

²⁵ Ibidem, p. 98.

a seu controle. Importa aqui ver de perto a racionalização²⁷ produzida pelo autor a respeito da questão.

Como idéia geral, afirma Oliveira Lima: “o que nos Estados Unidos desde muito não há (...) é uma classe que governa e uma massa que é governada”. E prossegue:

“a massa governa posto que sofrendo a inevitável influência da classe dos milionários, exercida por meio da corrupção e encontrando sua expressão por meio dos profissionais da política. Haveria luta sem a menor dúvida no dia em que a riqueza pretendesse passar de corruptora a dominadora; nas condições atuais porém o acordo parece estabelecido entre governantes e governados, ou por outra entre mandantes e mandatários, não havendo outrossim conquistas (...) democráticas a efetuar nem tradições aristocráticas ou jacobinas a suplantar, e unicamente o bem estar econômico a aumentar com igual interesse e mútuo benefício”.²⁸

Dissociando, assim, no plano da representação, o poder de corromper e o poder de dominar, o autor parece transferir a influência política negativa dos “milionários” para o terreno dos males superficiais, que, como tais, e em sua “inevitabilidade”, não chegam a alterar a essência democrática do sistema no qual “a massa governa” e o governo não tem outro papel senão promover o interesse de todos, uma vez estando a democracia já conquistada e os fatores de desigualdade social e política já suplantados. Não é difícil ver, em uma imagem assim construída, a marca explícita da superioridade e a condição de modelo a ser, no possível, imitado pelos países que, fazendo parte do continente, ainda estavam longe de ser americanos no tocante à Igualdade e sua manifestação democrática.

No terreno dos costumes políticos enquadrados nos modos gerais de relação entre a sociedade e o Estado, é interessante verificar o modo pelo qual Nabuco e

²⁶ Ibidem, p. 198.

²⁷ A estratégia racionalizadora consiste na construção de “uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais” (THOMPSON, John, op. Cit., pp. 82-83).

²⁸ LIMA, Manoel de Oliveira, op. Cit., p. 234.

Oliveira Lima interpretam a questão da corrupção nos Estados Unidos, tema sistematicamente associado às imagens da vida pública do país, dentro e fora de suas fronteiras. Pretende-se basicamente mostrar como tal atributo negativo, recorrente naquelas imagens, pôde-se situar no interior de *racionalizações* tendentes a mitigá-lo e, no limite, anulá-lo, em uma imagem do conjunto da vida pública do país em última análise positiva, na medida que estável e sustentável, considerados certos parâmetros permanentes.

Nessa direção, note-se como Joaquim Nabuco, comparando a vida pública e as instituições políticas norte-americanas e inglesas, flagra a existência sistemática da corrupção naquelas esferas da sociedade e do Estado americanos. Nesse sentido, refere o autor:

“não havia nada que me desse na América do Norte idéia da superioridade de suas instituições sobre as inglesas. A atmosfera moral em roda da política era seguramente muito mais viciada; a classe de homens a quem a política atraía, inferior, isto é, não era a melhor classe da sociedade, como na Inglaterra; pelo contrário, o que a sociedade tem de mais escrupuloso afastava-se naturalmente da política”.²⁹

Assim, caracterizaria o autor a política americana como “uma luta sem o desinteresse, a elevação de patriotismo, a delicadeza de maneiras e a honestidade de processos que tornam na Inglaterra (...) a carreira política aceitável (...) aos espíritos mais distintos”.³⁰

Constatada assim a existência da corrupção, Nabuco passa a interpretar o fenômeno em seus elementos diferenciais e em seus efeitos gerais na sociedade americana em suas relações com o Estado. Como elemento diferencial básico aponta o autor a publicidade, a um tempo condicionante e desdobramento da corrupção. Assim:

²⁹ NABUCO, Joaquim, *Minha Formação*, pp. 123-124.

³⁰ *Ibidem*, p. 122.

“o que caracteriza essa luta [política] é a crueza da publicidade a que todos que entram nela estão expostos. (...) Não há vida particular nos Estados Unidos. Para a reportagem não existe linha divisória entre a vida pública e a privada.(...) O político é entregue sem piedade aos *reporters*; a obrigação destes é rasgar-lhes, seja como for, a reputação, reduzi-lo a um andrajo, rolar com ele na lama. Para isso não há artifício que não pareça legítimo(...); não há espionagem, corrupção, furto de documentos, interceptação de correspondência ou de confidência, que não fosse justificada pelo sucesso”.³¹

Desse modo, o autor pode sustentar que uma tal visibilidade da corrupção em nada contribui, em princípio, para a moralização da vida pública, seja pela própria natureza corrompida e corruptora de seus métodos, seja pelo fato de concentrar-se na vida privada em detrimento da ação propriamente pública dos *politicians*. Entretanto, e fundamentalmente: “nos Estados Unidos, os chamados *rings*, nós diríamos quadrilhas, os roubos públicos, os sindicatos administrativos, são denunciados e investigados como não o seriam talvez em nenhum país”.³²

Assim, a atuação da imprensa no campo político, posto que condenável moralmente por seus métodos e equivocada politicamente por dirigir-se de forma prioritária à vida privada de seus alvos de denúncia, ao conferir publicidade, implacável em sua permanência, ao fenômeno da corrupção, estabelece um sólido limite social para a sua prática concreta no interior do Estado e fora dele.

Desse modo, pode-se dizer transparente e socialmente limitado, a prática da corrupção nos Estados Unidos pode inserir-se, segundo a racionalização aqui em pauta, em um sistema sócio-político que na sua integralidade permanece perfeitamente funcional. É notável, nesse sentido, a construção interpretativa de Nabuco quando este afirma:

“a degradação dos costumes públicos do país, coincidindo com o seu desenvolvimento e cultura, com a sua acumulação de riqueza e de energia, com

³¹ Ibidem, p.122.

³² Ibidem, p. 123.

os seus recursos ilimitados, não quer dizer outra coisa senão que *a nação americana não se importa que administrem mal os seus negócios, porque não tem tempo para tomar contas*. É como uma fazenda de imensa safra, em que o proprietário ausente fechasse os olhos às dilapidações do administrador, levando-as à conta de lucros e perdas, inevitável em todo gênero de negócios”.³³ (grifo nosso)

A vontade consciente da nação – dotada sempre de atributos superiores – pode, na representação de Nabuco, aceitar racionalmente a existência da corrupção política, conhecedora de sua limitação e de sua inevitabilidade. É significativo perceber o autor incorporando sua própria construção dessa espécie de racionalização coletiva-nacional americana, de resto semelhante a um argumento liberal clássico, ao asseverar que:

“sejam causados pela ignorância e incapacidade, ou pela corrupção e venalidade, prejuízos há de sempre haver em toda administração; para impedi-los seria preciso montar um sistema de fiscalização ruinoso para o país, não só pelo seu custo, como porque seria preciso distrair para ele dos negócios e de outras profissões o que o país tivesse de melhor”.³⁴

A solidez dos limites nos quais se confina seguramente a prática da corrupção, e a própria funcionalidade desta no sistema americano, é ainda reforçada na representação de Nabuco pelo conceito de opinião pública associada à vontade nacional e alimentada, em boa medida, pela ação da imprensa. Nessa direção, indaga o autor: “que pode acontecer de pior entregando-se o país à direção de partidos organizados como associações de seguro mútuo e que para isso recolhem uma porcentagem do rendimento nacional ? (...) Envolverem os *politicians* a nação em uma guerra estrangeira ?” A resposta é emblemática e crucial para a construção de uma imagem positiva da ação norte-americana no plano internacional:

³³ Ibidem, p. 124.

³⁴ Ibidem, p. 124.

“a varonilidade do país não teme que o envolvam numa guerra sem ele a querer e a achar legítima ou vantajosa. O Americano sabe que há no seu país uma opinião pública, desde que cada Americano tem uma opinião sua. É uma força latente, esquecida, em repouso, que não se levanta sem causa suficiente, e esta raro se produz; mas é uma força de energia incalculável, que atiraria pelos ares tudo o que lhe resistisse, partidos, legislaturas, Congresso, Presidente”.³⁵

Posta dessa forma a absoluta preponderância da vontade nacional sobre as decisões propriamente estatais, representação de resto tradicional sobre a civilização americana aqui atualizada por Nabuco, a segurança, a confiabilidade e a estabilidade do sistema ficam a salvo, de forma genuína e quase perfeita, das ações disfuncionais potencialmente contidas na corrupção como prática permanente e inevitável.

É assim que o autor autoriza-se a concluir que nos Estados Unidos, “o governo tem uma capacidade limitada de fazer mal”. E, em suma, “a corrupção política é (...) na América do Norte, (...) uma simples erupção na pele, enquanto em outros países ela é um mal profundo, visceral”.³⁶

Ficava assim a corrupção – mal universal – inserida, e perfeitamente controlada, no sistema americano como mais um elemento comprovador da superioridade desse sistema como tal.

Em Oliveira Lima, pode-se perceber, nessa mesma direção, um conjunto mais ou menos articulado de estratégias de *racionalização*.

O autor parece, primeiramente, conduzir o fenômeno da corrupção política para o plano da inevitabilidade, no interior da própria evolução da democracia americana, desde o liberalismo aristocrático da Independência até os novos tempos, advindos sobretudo do sufrágio universal e da necessidade de mobilização política das massas dele decorrente. Nesse sentido, discorre Oliveira Lima³⁷ sobre o extraordinário custo de uma campanha eleitoral associado às necessidades de organização das máquinas

³⁵ Ibidem, pp. 124-125.

³⁶ Ibidem, p. 125.

partidárias. De fato, na racionalização do autor, sem recursos financeiros e estrutura partidária não seria possível articular os elementos indispensáveis da mobilização popular típicos do sistema americano, que variavam da compra pura e simples de votos à organização de complexos sistemas de propaganda e de manipulação de toda ordem do corpo eleitoral. Assim, assevera o autor:

“evidentemente, em semelhante atmosfera Washington não respiraria à vontade. A geração da Independência tinha idéias diversas sobre o regime representativo. Não direi que este esteja hoje falseado (...). O país caminhou; as condições sociais mudaram; eis tudo”.

E acrescenta:

“é impossível presentemente guiar o sufrágio universal, nivelando todas as classes, a opulência e a necessidade, a instrução e a ignorância, sem recorrer também aos meios materiais, o que se para alguns significa corrupção democrática, para outros, (...) traduzirá apenas o trabalho de adaptação e funcionamento de um processo político muito delicado de manejar na sua complexidade aparentemente singela”.³⁸

Note-se o modo como, no texto, a “corrupção democrática”, condenável moralmente e dissociada, como fenômeno moderno, da tradição política do país, é posta simultaneamente no plano da inevitabilidade e da articulação de um sistema que, em última análise, funciona eficazmente em seu campo específico de atuação.

Por outro lado, e tal como em Nabuco, Oliveira Lima, reconhecendo que “a politicagem e o seu irmão gêmeo, o patronato, têm afastado gradualmente da cena pública os (...) homens de maior valor”, tece uma argumentação no sentido de eximir a nação americana como totalidade, pelo fenômeno da corrupção política e, de algum modo, sugerir a plena consciência daquela unidade nacional em relação a este fenômeno e de sua limitação em campo inócuo, considerados os mais relevantes interesses

³⁷ Cf. LIMA, Manoel de Oliveira, Op.cit., pp.12-14.

nacionais, o que se traduziria em uma espécie de tolerância necessária. Parece razoável interpretar nesse sentido o arrazoado do autor, segundo o qual

“o interesse, o amor do lucro é por demais dominante nos Estados Unidos para que a pura paixão política seja muito viva(...). A política é aqui (...) uma profissão para muitos, mas está longe de representar uma preocupação para todos. É este (...) o motivo da esquivança à causa pública, do que se pode chamar o *otimismo da indiferença*”.³⁹ (grifo nosso)

Assim, tudo o que de fato comovia o interesse nacional americano, na ótica do autor, parecia passar ao largo das práticas políticas institucionais ou, por assim dizer, corriqueiras, nas quais a corrupção, de modo limitado e funcional, fazia-se presente. Assim, pode acrescentar Oliveira Lima que

“como um todo, a nação americana ignora ou não se interessa pelas lutas propriamente políticas e só conhece e se apaixona pelos conflitos econômicos – que outra coisa não foi no fundo a guerra pela abolição da escravatura e não é agora o movimento de expansão colonial, ainda que o ideal humanitário haja também servido numa e noutra questão de êmbulo propulsor”⁴⁰

Vale dizer, as genuínas causas nacionais – fundadas no interesse econômico ou em considerações humanitárias – estavam perfeitamente a salvo da “politicagem” e da corrupção.

A imagem compõe-se ainda, tal como em Nabuco, da retomada de representações clássicas a respeito do peculiar poder, nos Estados Unidos, de uma igualmente singular vontade nacional ou opinião pública. Nesse sentido, referindo-se a Tocqueville, Oliveira Lima destaca que o escritor francês “compreendeu que aqui existia aquilo que em outras partes se não encontrava então e com certeza entre nós ainda não há:

³⁸ Ibidem, p. 14.

³⁹ Ibidem, p. 115.

um povo capaz de apreciar os seus deveres como os seus direitos”. E pode concluir, referenciando-se em James Bryce, que “nos Estados Unidos, (...) a opinião publica é de fato superior a tudo”.⁴¹

Assim , a vontade nacional limita e anula os efeitos mais deletérios da corrupção e as qualidades superiores do povo garantem um fundamento racional-moral para as grandes decisões nacionais: “a opinião está à altura de condenar os abusos dos partidos, e a força das nações livres e educadas reside no poderem censurar e corrigir as instituições que dentro delas venham a contaminar-se”⁴²

A construção da imagem da corrupção limitada e controlada contém, ainda, em Oliveira Lima, a argumentação, sob a forma de constatação, segundo a qual “a corrupção política americana não é tanta que chegue a invadir a alta esfera dos governantes sob forma diversa do empenho, ou pedido baseado em prévio favor eleitoral”.⁴³

Salvas dessa forma as “altas esferas” do poder estatal, trata o autor de esclarecer que a corrupção administrativa, propriamente, dava-se em maior escala nos governos municipais, sobretudo das médias e grandes cidades americanas. E, neste ponto, introduz mais uma notável forma de representação da isenção do povo americano a respeito do fato:

“destes escândalos não é tanto culpada a população nacional como certa ordem de imigração estrangeira(...), vinda de países de inferior educação popular, de raças menos aptas ao *self government*, submissas a chefes sem escrúpulos e desconhecedora das normas administrativas da Republica, da qual com demasiada facilidade chega a fazer parte componente”.⁴⁴

⁴⁰ Ibidem, p.115

⁴¹ Ibidem, p. 229.

⁴² Ibidem, p. 281.

⁴³ Ibidem, p. 246.

⁴⁴ Ibidem, p. 247.

E complementa: “para os ruins governos locais contribui ainda muito o fato de serem as grandes cidades o lugar favorito de reunião dos pobres, dos criminosos, dos imprevidentes”.⁴⁵

É interessante verificar, na representação, os limites étnicos e sociais da imagem constituinte do “povo americano”, cuja vontade superior limitava os efeitos mais nefastos da corrupção.

⁴⁵ Ibidem, p. 248.

Endereço profissional:

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de História
Av. Ipiranga 6681 Porto Alegre RS Brasil
Telefone: 51 32239692 51 32484868
E-mail: helders@pucrs.br

Formação Acadêmica / Titulação

Doutorado em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - 2000

Mestrado em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – 1990

Graduação em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – 1985

Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – 1998

Atuação Profissional

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS
Professor Adjunto
Dedicação Exclusiva
Graduação: História da América Contemporânea
Pós-Graduação: Linha de Pesquisa – Estado Sociedade e Relações Internacionais

Livros Publicados

-A Integração Latino-Americana: Projetos e Realidades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

-Argentina x Brasil: A Questão do Chaco Boreal. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

-Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: Faces de Um Paradigma Ideológico da Americanização nas Relações Internacionais do Brasil. (no prelo)